

Universidade Estadual de Goiás

Câmpus Itaberaí

Apolyana Silvério de Moraes

Solange de Sousa Ferreira

**A contribuição da família para a educação da criança nos anos
iniciais do ensino fundamental**

ITABERAÍ

2016

Apolyana Silvério de Moraes

Solange de Sousa Ferreira

**A contribuição da família para a educação da criança nos anos
iniciais do ensino fundamental**

Trabalho Final de Curso apresentado à Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Itaberaí, como requisito parcial para conclusão do curso de graduação de Licenciatura Plena em Pedagogia, sob a orientação da Professora Especialista Lílian Barbosa Moraes.

ITABERAÍ

2016

RESUMO

Este trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e observação, durante o estágio curricular, e teve por objetivo compreender a relação entre escola e família, destacando a importância desta relação para o processo educacional da criança, bem como, observar o resultado, para a criança, da presença ou ausência familiar na escola, discorrendo sobre os efeitos desta. Para entender a importância da contribuição da família para a educação da criança nos anos iniciais do ensino fundamental, é necessário entender o histórico da educação, suas mudanças e evolução ao longo do tempo. É preciso também estudar as organizações da estrutura familiar para compreender como isso interfere no processo educacional. Observando-se a estruturação e as leis dessa fase de ensino, o fundamental, nota-se que estas estão ligadas diretamente a esse contexto, onde os significados e definições deixam claros as funções e objetivos da escola e da família. Ficou claro, com a observação realizada na escola durante o estágio, que as experiências e sentimentos nascidos do relacionamento cotidiano familiar são de grande influência para o comportamento da criança. Este se mantém como a base para a interação escolar. E, ao descrever as variadas formas de constelação familiar, o que fica é que é imprescindível a construção do afeto entre seus membros. Isso sim, permeia as relações familiares e estabelece a ponte entre a família e a escola. Outro aspecto observado foi que a escola também precisa estimular a participação da família na escola, onde receber a família é um momento importante, que requer cuidado, organização e respeito. Enfim, esta relação precisa se estabelecer numa via de mão dupla. É necessário que a família se faça presente no ambiente escolar e na vida educacional da criança, mas também, a escola deve facilitar e estimular a presença da família.

Palavras-chaves: Aluno – Educação – Escola – Família.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	7
1.1 Histórico da educação no mundo	7
1.2 Histórico da educação no Brasil	9
1.3 Estrutura e funcionamento do ensino fundamental no Brasil	12
2. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA INSTITUIÇÃO FAMÍLIA	15
2.1 Família e sua (re) organização ao longo dos tempos	15
2.2 Perspectiva da infância na construção da família	19
2.3 O papel da família no ambiente escolar da criança	21
3. A RELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA CONTEXTUALIZADA AO PROCESSO EDUCACIONAL	24
3.1 Compreendendo a ausência e/ou a presença da família na escola	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e observação durante o estágio curricular, e teve por objetivo compreender a relação entre escola e família, destacando a importância desta relação para o processo educacional da criança, bem como, observar o resultado, para a criança, da presença e/ou ausência familiar na escola, discorrendo sobre os efeitos desta.

Partiu-se da ideia de que a família é a base na construção e formação de uma pessoa. Parece ser no seio familiar que o sujeito constrói seu primeiro repertório de comportamentos, afetos, emoções, cultura, que vão prepará-lo para a vida social. É necessário considerar que o núcleo familiar não se refere a um grupo sanguíneo e, sim, famílias constituídas por meio de laços afetivos. É nela que a criança encontra um espaço natural para o desenvolvimento e aprendizagem, enquanto sujeito.

Neste aspecto, considerou-se, para este trabalho, crianças frequentando as séries iniciais do ensino fundamental. Isso, primeiramente, em função da observação durante o estágio e também como resultado de estudos sobre a proposta curricular, desta etapa de ensino, que tem seu eixo norteador a formação para a cidadania, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

Este tema foi escolhido como resultado das observações no estágio e fora dele, em relação à presença e ausência dos pais na educação formal de seus filhos.

Para tanto, o primeiro capítulo narra estudos sobre o histórico da educação ao longo da história da humanidade, a fim de notar o quanto a família contribuiu no processo educacional da criança. Do mesmo modo, contextualizar na educação brasileira, a participação da família, que se mistura com a história do país.

No segundo capítulo, abordou-se a família, sua contextualização ao longo da história, como também, suas mudanças constitutivas no decorrer dos tempos. Ressaltando, aqui, a função e o papel que a família desempenha no processo educacional da criança.

E, no terceiro e último capítulo, foram trazidas reflexões acerca do papel que a família e a escola desempenham na vida da criança, buscando destacar os efeitos da presença e/ou ausência da família na escola. Tentou-se também, compreender as razões vivenciadas por cada uma delas, da presença e/ou ausência destas instituições.

Por fim, esta pesquisa buscou melhor entendimento dessa relação entre a família e a escola, limites e potencialidades, e sua repercussão para a criança nas séries iniciais do ensino fundamental.

1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

A educação se mostra como resultado da convivência que conduz a sociedade, sendo um elemento de transmissão dos saberes e costumes necessários aos grupos sociais. Para tanto, a educação passou por vários períodos, atendendo a determinados objetivos, que correspondiam à visão de homem e de mundo de cada época. Por estudos e pesquisas, parece possível uma compreensão sobre como esta educação se organizou ao longo de sua história, ressaltando que as pressões políticas e sociais influenciaram mudanças no processo educativo no mundo e no Brasil.

1.1 Histórico da educação no mundo

A história da educação se construiu num tempo e espaço sempre marcados por uma visão de homem e de mundo e, em cada momento histórico, esta educação atendeu a necessidades e objetivos determinados pelo homem, numa construção e organização submetidas a várias mudanças ao longo dos anos.

O processo educativo inicia-se com a educação primitiva na qual não existia educação formal, os ensinamentos se davam com ações espontâneas das crianças e jovens, ao observarem os adultos na caça, na pesca, na agricultura, entre outras atividades. Assim, aprendiam por imitação. O objetivo desta educação era cumprir a missão de treinar para a guerra e para os rituais sagrados (MANACORDA, 2010).

Outro momento histórico da educação se desenrolou no Egito Antigo, onde apenas alguns grupos recebiam o ensino. Eram eles os faraós, os senhores da corte, os escribas, os artesãos e os escravos. Observava-se o ensino da escrita apenas como instrumento para que se pudessem fazer registros oficiais e administrativos; também empunhavam o ensino aos escravos para que estes incorporassem o aprendizado da obediência e submissão.

Pouca mudança se observou na Roma Antiga, em que a educação partia do estabelecimento de direitos e deveres e do cumprimento dos mesmos, e enfatizava o pai como o primeiro educador. A monarquia romana era constituída por proprietários de terras e dos núcleos rurais, dos quais faziam parte as mulheres, os filhos, os escravos, os animais e qualquer outro bem. A educação no interior desta

família alcançava o ensino das letras, do direito e o domínio das condições para desempenhar atividades políticas (MANACORDA, 2010).

Já no período medieval, a educação começa a ter uma intenção, a sistematização da escrita. Com isso, a necessidade de um espaço organizado em escolas fechadas, porém ainda, somente para as classes dominantes. A educação escolar caminhava ao lado da educação familiar. Observou-se aqui um dualismo escolar que destinava um tipo de ensino para os filhos do povo (ensinando a ler, escrever e contar), e outro para os filhos dos funcionários e chefes (além da elementar astronomia, música, poesia, etc) (MANACORDA, 2010).

Neste período da educação medieval, notou-se que suas concepções se baseavam nas ideias da doutrina da Igreja Católica, que criticava a liberdade individual instalando uma educação conservadora com a participação dos jesuítas. A Igreja tornou-se a única responsável pela educação, que era essencialmente religiosa, dogmática, com matérias abstratas, literatura e prejuízo da educação intelectual e científica (MANACORDA, 2010).

Grandes mudanças ocorreram com o tempo, e sucede então a educação ocidental ou moderna, quando se deu a separação da Igreja com o Estado, o que trouxe a consolidação da burguesia. Com isso, as duas instâncias educativas, família e escola, passaram por redefinições e reorganizações. A família passa a se instituir como núcleo de afetos e elabora um sistema de cuidados e controle para com os filhos. Inicia-se, aqui, o preparar os filhos para a vida. A escola adentra ao lado da família, com uma função formativa ensinando conhecimentos e comportamentos, que se articulavam em torno da didática e das disciplinas. A escola, também, reorganiza suas finalidades e sua proposta educativa. Teve então a criação do que seria um colégio com métodos, disciplinas e controle do ensino (MANACORDA, 2010).

Desta forma, observou-se, neste período, o surgimento de uma educação integral que passa a considerar os aspectos físicos, intelectuais e morais, como os novos pressupostos para a nova educação. A partir deste estudo, entende-se a educação construída, constituída e conceituada com base nas necessidades sociais de tempo e espaço, específicos de cada época, o que possibilita a compreensão da complexidade do fenômeno educativo. Neste cenário, ressalta-se a educação brasileira que segue, também, uma construção, constituição e conceituação, que será abordada na próxima seção.

1.2 Histórico da educação no Brasil

A história da educação no Brasil se deu com rupturas marcantes, e sua evolução se mistura com a história do país. Inicia-se com a chegada dos portugueses, sendo estruturada segundo os padrões europeus que priorizavam o ensino religioso.

Com a chegada dos jesuítas, em 1549, vieram os métodos pedagógicos que aqui ditaram por cento e vinte anos. A missão era catequisar os índios e convertê-los à fé católica.

A educação para a fé católica surgiu com a necessidade de tornar os índios mais dóceis e submissos para o trabalho escravo. O ensino jesuítico visava à obediência e submissão dos indígenas, como também, dar educação aos filhos dos colonizados, oferecendo, além das primeiras letras, os cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários e curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para formação de sacerdotes. Durante esse período, a educação era oferecida somente para homens, enquanto as mulheres ficavam limitadas aos afazeres domésticos. Já em 1665, D. Afonso permitiu que abrisse um convento em Salvador, onde as mulheres puderam ser incluídas na educação (ROMANELLI, 1992).

Os jesuítas tiveram influência na educação sobre a sociedade burguesa. Iniciaram uma concepção de educação que contribuía para o fortalecimento das estruturas de poder e de privilégios para um pequeno grupo. Incutiram a ideia de exploração de uma classe sobre a outra como caminho normal e necessário para desenvolvimento. Este modelo de ensino jesuítico perdurou até 1759, quando os jesuítas foram expulsos do país pelo Marquês de Pombal. Com essa expulsão, o sistema educacional no Brasil entrou num colapso, marcando o primeiro retrocesso no sistema educacional, como bem colocou Romanelli (1992, p. 34), ao dizer que “a organicidade da educação jesuítica foi consagrada quando Pombal os expulsou, levando o ensino brasileiro ao caos, através de suas famosas ‘aulas régias’, a despeito da existência de escolas fundadas por outras ordens religiosas, como os beneditinos, os franciscanos e os carmelitas”.

As reformas feitas por Pombal desestruturaram o sistema educacional construído pelos jesuítas, tomando-lhes os bens e fechando todos os colégios por

eles construídos. Para programar este novo modelo educacional no Brasil, Pombal estabeleceu tributos sobre as exportações para financiar a educação. Carvalho (2008, p. 128) explica isso ao dizer que:

Com os recursos deste imposto, chamado subsídio literário, além do pagamento dos ordenados aos professores, para o qual ele foi instituído, poder-se-iam ainda obter as seguintes aplicações: 1) compra de livros para a constituição da biblioteca pública, subordinada à Real Mesa Censória; 2) organização de um museu de variedades; 3) construção de um gabinete de física experimental; 4) ampliação dos estabelecimentos e incentivos aos professores, dentre outras aplicações.

Com a implantação deste subsídio, imposto colonial para custear o ensino, houve um aumento no número de aulas régias, porém, ainda muito precário devido à escassez de recursos, de docentes preparados e de um currículo regular.

A educação no Brasil volta a sofrer uma nova ruptura com a vinda da família real. Dom João VI, vendo as necessidades de sua corte, implanta um Plano de Educação (1812) com curso primário, institutos de formação profissional, Liceus com ensino médio, Academias com cursos superiores e a Academia Real Militar. Em 1821, D. João VI volta para Portugal e em 1822 seu filho, Dom Pedro I, proclama a independência do Brasil e em 1824, outorga a primeira Constituição Brasileira que garantia a gratuidade do ensino primário (CARVALHO, 2008).

Até a Proclamação da República, em 1889, praticamente nada se fez de sólido pela educação brasileira, momento marcado por escassos recursos para a educação com escolas sem condições físicas mínimas para funcionamento e professores mal remunerados. Com a Proclamação da República, a educação passou a adotar princípios de liberdade e gratuidade na escola primária. Surge a primeira grande geração de educadores como: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Almeida Júnior, entre outros, que lideraram o movimento de renovação e tentaram implantar no Brasil os ideais da Escola Nova, divulgando o Manifesto dos Pioneiros em 1932, documento que resguardava os pontos centrais destes movimentos, redefinindo o papel do Estado na educação (CARVALHO, 2008).

Diante das mudanças políticas no país, em 1946 adotou-se a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e estabeleceu-se que a união legislaria sobre as diretrizes e bases da educação nacional, que passa a ser um direito a todos os brasileiros.

Assim, depois de treze longos anos de discussões, promulga-se a Lei 4.024, em 20 de dezembro de 1961, em que prevaleceram as reivindicações da Igreja Católica e dos donos de estabelecimentos particulares de ensino, no confronto com os que defendiam o monopólio estatal para a oferta da educação aos brasileiros. Neste cenário, em Salvador, Anísio Teixeira inaugura o Centro Popular de Educação (Centro Educacional Carneiro Ribeiro), dando início a sua ideia de escola-classe e escola-parque, com uma didática baseada nas teorias científicas de Jean Piaget (RIBEIRO, 1998).

Há também que se destacar a ruptura que aconteceu na educação no período do golpe militar, pois houve uma grande atitude para revolucionar a educação e com isto deixa de ser democrática, muitos professores presos e demitidos, universidades invadidas e estudantes presos, feridos e até mortos no confronto com a polícia. Os estudantes foram calados e a União Nacional dos Estudantes proibida de funcionar (RIBEIRO, 1998).

Acontece, neste período de ditadura militar, onde qualquer expressão popular contrária aos interesses do governo era abafada por agressões físicas, a instituição da Lei 5.692, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971.

E no centro de uma nova Constituição, um projeto de Lei para uma nova LDB foi encaminhado em 1.988 e não aprovado. No ano de 1.992, o Senador Darcy Ribeiro apresenta um novo projeto, aprovado em 1.996. Aprovada então a Lei 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – sendo um marco para a educação brasileira, e seu texto final organizou o sistema de ensino em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (RIBEIRO, 1998).

Desta forma, o Governo Federal, representado pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC), organiza e financia o sistema federal de ensino e presta assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade compulsória. Fazem parte do sistema federal, basicamente, as Universidades, as Instituições de Ensino Superiores Isoladas, Centros Federais de Educação Média Tecnológica e uma rede de escolas técnicas agrícolas e industriais de Ensino Médio. Além da responsabilidade direta pela rede de ensino superior, o Governo Federal é também responsável pelo programa nacional de apoio à pós-graduação. O ensino, então dividido em Educação Básica e Educação Superior, em

que a Educação Básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (OLIVEIRA, 2007). É sobre a estruturação do ensino fundamental que tratará a próxima seção.

1.3 Estrutura e funcionamento do ensino fundamental no Brasil

A Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN), bem como a Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001 (PNE), vão dizer como se estrutura e funciona a educação básica no Brasil. Esta educação básica se estabelece três etapas. A primeira, educação infantil, que atende crianças de 0 a 6 anos em creches ou pré-escolas, geralmente mantidas pelo poder municipal. O ensino fundamental, com alunos de 7 a 14 anos, é obrigatório, público, gratuito e oferecido de forma compartilhada pelos poderes municipal e estadual. E o ensino médio, que atende jovens de 15 a 17 anos, é oferecido basicamente pelo poder estadual. Trata também de modalidades específicas de ensino, como a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Profissional e a Educação Especial.

Esta Lei assegura, conforme o artigo 22, o desenvolvimento do educando de modo a lhe possibilitar uma formação comum que o leve ao exercício da cidadania, propiciando formas de o mesmo progredir no trabalho e em estudos posteriores. Estes fins são amparados pelos pressupostos filosóficos e políticos contidos na Constituição Brasileira em vigor e, portanto, qualquer atividade de ensino-aprendizagem deve caminhar para as finalidades constitucionalmente estabelecidas.

No que diz respeito ao ensino fundamental, a lei (artigo 32/ LDB) assegura o ser obrigatório e gratuito nas escolas públicas, com duração mínima de nove anos. E ainda, conforme o PNE (Lei nº 10.172/2001, meta 2 do ensino fundamental), o ensino fundamental de nove anos, tem duas intenções: “oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade”.

De modo objetivo e resumido, discorre-se sobre os parâmetros trazidos pela lei onde o ensino fundamental tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo (inciso I do artigo 32 LDB/96); a

compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade (inciso II do artigo 32 LDB/96); o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores (inciso III do artigo 32 LDB/96); e o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (inciso IV do artigo 32 LDB/96).

Os anos iniciais do ensino fundamental são importantes para o desenvolvimento da criança e se faz necessário a colaboração de todos envolvidos no processo da aprendizagem.

Para o trabalho nesta etapa de educação, necessário se faz compreender as diretrizes que o norteiam. Têm-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental norteada por três princípios que possibilitam que as escolas estabeleçam critérios norteadores para suas ações. O princípio ético da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; o princípio político dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; e o princípio estético da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais (BRANDÃO, 2007).

Ao pensar em atender estes princípios, as propostas de ações pedagógicas nas escolas precisam reconhecer a identidade pessoal dos alunos, professores e outros profissionais e a particularidade de cada unidade escolar e de seu sistema de ensino. Neste aspecto, relevante explicitar os conceitos de currículo para melhor compreensão do que se propõe no ensino fundamental.

O conceito de currículo abarca outros três. O Currículo Formal que estabelecem planos e propostas pedagógicas. O Currículo em Ação que é o que de fato acontece nas salas de aula. E o Currículo Oculto, o não dito, aquilo que tanto alunos quanto professores trazem, carregado de sentidos próprios, criando as formas de relacionamento, poder e convivência nas salas de aula (KRAMER, 2006).

Ao se referir a um padrão curricular, acredita-se em princípios éticos, políticos e estéticos que alicerçam a articulação entre as áreas de conhecimento e aspectos da vida cidadã. Cabe, então, ao ensino fundamental estabelecer essa articulação por meio dos aspectos como: saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, ciência e a tecnologia, cultura e linguagem (KRAMER, 2006).

As escolas precisam desenvolver, em suas propostas curriculares, atividades de ensino voltadas para as relações com a comunidade onde se insere. A aprendizagem de conhecimentos e valores também constitui a identidade dos alunos como cidadãos em processo. E, desta forma, imprescindível reconhecer que a aprendizagem se constrói na interação com o conhecimento, com a linguagem e com o afeto, entre diferentes identidades dos vários participantes do contexto escolar. As variadas experiências de vida dos alunos, professores e demais participantes do ambiente escolar contribuem para a constituição de identidades capazes de protagonizar ações solidárias e autônomas de conhecimentos e valores indispensáveis à vida cidadã.

Nesta perspectiva, faz todo sentido refletir sobre o papel da família nessa etapa de escolarização, como parte relevante desta construção escolar. E isso se dará o próximo capítulo.

2. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA INSTITUIÇÃO FAMÍLIA

A família passou por relevantes mudanças quanto seu papel e dinâmica de funcionamento, no decorrer dos tempos. Para compreender estas mudanças, é indispensável entender e definir seu próprio conceito.

Conforme Kulhmann Jr. (2001, p. 53), “a família se caracteriza como um conjunto invisível de exigências funcionais que organiza a interação de seus membros, considerando-a igualmente como um sistema que opera através de padrões tradicionais”. Este autor salienta que, enquanto unidade social, a família enfrenta uma série de tarefas deferidas no nível cultural e com raízes universais. Ariès complementa esse conceito de família ao afirmar que:

A mesma é composta do casal e crianças, a família tinha como função a conservação material dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua cotidiana, num mundo em que o homem, e mais ainda uma mulher, isolados não podiam sobreviver, e ainda, nos casos de crise, a proteção da honra e da vida (ÁRIES, 1979, p.10).

Fica claro que nessa época as famílias se estruturavam em função de um objetivo prático de sobrevivência.

2.1 Família e sua (re) organização ao longo dos tempos

A organização das famílias modificou-se no decorrer dos anos, mas ela continua sendo o primeiro espaço de aprendizagem da criança e é nesse espaço familiar que acontecem os primeiros contatos sociais e educativos do sujeito. Parece ser a família a primeira agência educacional do ser humano responsável, principalmente, pela forma com que o sujeito se relaciona com o mundo (OLIVEIRA E ARAÚJO, 2010).

A mudança ocorrida nas organizações familiares, ao longo dos anos, levou a novas formas de constituir família. No entanto, ainda prevalece a estrutura tradicional, nos dias de hoje. Essa composição varia conforme uniões entre pessoas do mesmo sexo, de separados ou divorciados, uniões de pessoas com filhos de outro casamento, pais e mães com filhos sozinhos, avós e avôs com netos, entre outras, que configuram a diversidade de arranjos familiares.

Para Mendonça (2012), a família deixou de ser composta por um homem, uma mulher e seus filhos. A versão idealizada de núcleo familiar estável e voltada

para si fica ultrapassada. Surgem novas possibilidades de famílias, constituídas por grupos que habitam o mesmo espaço físico ou que, pelo menos, mantêm certa proximidade. Esses novos arranjos estão longe de serem instituições fechadas, apresentando-se sempre em evolução e transformação.

Na tentativa de refletir sobre algumas das várias possibilidades relacionais que o ser humano é capaz de firmar, discorrem-se aqui formatos de famílias já conhecidos.

As chamadas tradicionais, as famílias nucleares são constituídas de pai, mãe e filhos e já não podem ser vistas como uma forma familiar em que não existem problemas, como se pensava há pouco tempo. O ideal de casamento hoje propagado pela mídia está muito distante do real. Quando as expectativas de “casamento ideal” não são cumpridas, muitas vezes são os filhos que sustentam o casamento, especialmente no que se refere às mulheres. Segundo pesquisa realizada por Gláucia Diniz e Vera Coelho: “Os filhos aparecem nesse contexto como aquelas pessoas que sustentam suas forças, organizam seu objetivo de vida, orientam seu sentido de identidade” (FÉRES-CARNEIRO, 2003. P. 93).

As famílias mononucleares podem advir de produções independentes ou de separações em que há ruptura da relação parental com um dos progenitores. Atualmente, é grande o número de separações em casais jovens e também grande o número de famílias monoparentais sustentadas por mulheres. Hoje, poucas mulheres permanecem casadas por dependência financeira (FÉRES-CARNEIRO, 2003). Isso foi possível pelo fato de o preconceito para com o divórcio. Instituído no Brasil em 1977, ficou preso há décadas passadas e o desafio atual é a busca pela harmonia, sem modelos certos ou errados. Mas é importante lembrar que esse formato de família não é tão recente quanto se pensa. Em todas as épocas existiram famílias regidas apenas por um membro da parentalidade, fato que atualmente já não causa estranheza (FÉRES-CARNEIRO, 2003).

Também não é incomum vermos famílias sendo administradas pelo homem que, assim como a mulher, funciona como pai e mãe, tendo os filhos sob sua única responsabilidade.

Segundo Castro (2010) as famílias binucleares (guarda compartilhada), privilegia a continuidade da relação parental após a separação, mantendo pai e mãe responsáveis pelos cuidados cotidianos dos filhos e permitindo a estes acessos sem dificuldades a ambos os genitores. Assim como tudo, esse modelo não deve ser

imposto como solução para todos os casos. Na prática, essa forma de relação exige que os pais morem na mesma cidade e que conversem sobre regras comuns de educação, alimentação e saúde dos filhos.

Ainda para este autor, uma sociedade em que o modelo de família é o nuclear, em que não há reconhecimento jurídico de todos os novos laços construídos, as famílias reconstituídas necessitam de boa dose de espontaneidade para criar papéis, regras, fronteiras e rituais. Não há lógica melhor ou pior, certa ou errada. Há sim lógicas que respondem às necessidades construídas ao longo da história desses casais – implícitas ou explícitas – e entre eles acordadas. Podem constituir-se tanto de mulheres e homens com filhos de relações anteriores (divorciados ou viúvos), unidos a parceiros também nessas condições ou solteiros. Por isso, as questões de parentalidade nessas famílias são tão próprias. Os filhos dos casamentos anteriores ocupam um lugar central na vida do novo casal e o relacionamento com eles, por vezes, é o termômetro sensível das possibilidades futuras do casal. Dentro dessa categoria estão os casais que estão juntos, mas residem separados, pois preservam o seu próprio núcleo familiar e, ao mesmo tempo, como casal, realizam algumas atividades em conjunto que envolvem todos os filhos, como, por exemplo, pequenas viagens (CASTRO, 2010).

Há que se falar também das famílias homoafetivas formadas por casais do mesmo sexo. Esses casais têm muito das necessidades e dos conflitos dos casais heterossexuais, embora se defrontem com uma gama enorme de problemas gerados pelo preconceito e pelas dificuldades vivenciadas por todos aqueles que fazem parte de uma minoria social (CASTRO, 2010).

Neste contexto fica claro que a organização da família vem se transformando com o passar dos tempos e, em todos esses tempos, seja qual for sua formação, a família desempenha funções educativas de transmissão de valores culturais, fornecendo modelos de formação para o indivíduo viver socialmente (GONÇALVES, 2008).

É possível observar a significativa contribuição da família para com as atitudes comportamentais das crianças. A sua influência não se limita somente a modelos de comportamento, mas também a todos os aspectos do desenvolvimento dessa criança. E, nesse desenrolar, envolve cultura, crenças, valores, dentre outros que influenciam na aprendizagem da criança. Carvalho e Almeida (2003, p. 43) consideram que:

A família é apontada como elemento-chave não apenas para a "sobrevivência" dos indivíduos, mas também para a proteção e a socialização de seus componentes, transmissão do capital cultural, do capital econômico e da propriedade do grupo, bem como das relações de gênero e de solidariedade entre gerações.

Assim, fica claro que a relação de afetividade que a criança estabelece com a família é fundamental. Esta relação afetiva estabelecida na família fornece à criança o pleno uso de sua inteligência, motivação, interesse e socialização.

Segundo Almeida (2003), a maneira como a família se estrutura e se organiza também interfere no processo educacional da criança. Famílias onde prevalecem o diálogo, a interação, a presença afetiva, possibilitam um excelente desenvolvimento da criança no ensino e aprendizagem. Ao contrário, quando esses aspectos não são construídos pela família, a criança, na sua maioria, apresenta dificuldades na escola e na relação social. Mas não é somente esse fator que influencia no desenvolvimento da criança.

Há que se pensar que a falta de tempo dos adultos e lacunas afetivas como uma das causas que levam as crianças a apresentarem déficits no processo educativo.

A educação primária, que consiste nas primeiras socializações da criança por meio de carinho, afeto, valores e normas, se organiza no seio familiar. Já, na educação secundária, aparece a figura de um profissional, o educador, que continua a estimular estes aspectos do desenvolvimento do indivíduo, agora de forma institucionalizada. A isso Oliveira e Araújo (2010, p. 26) apontam que:

A responsabilidade familiar junto às crianças, em termos de modelo que a criança terá e do desempenho de seus papéis sociais, é tradicionalmente chamada de educação primária, uma vez que tem como tarefa principal orientar o desenvolvimento e aquisição de comportamentos considerados adequados, em termos dos padrões sociais vigentes em determinada cultura.

A função social da família vai além do que muitos pensam, é a base da sociedade, é através dela que se constituem os ambientes, personalidades, sentimentos e outros. Um processo de formação de valores que estimula e estrutura o desenvolvimento do indivíduo, possibilitando e oportunizando a aprendizagem, potencializando e aperfeiçoando o crescimento e humanização.

Entretanto, há de se ressaltar que houve transformações ao longo dos tempos no âmbito das relações construídas no meio familiar. E estas transformações se processaram de maneira a estreitar os vínculos sentimentais entre adultos e

crianças. Os pais se veem responsáveis pelo cuidado e formação de seus filhos. E nem sempre foi assim. Não havia tanta afeição pelos filhos. Um dos motivos para isso era que as crianças não tinham vida longa, por causa da falta de higiene e cuidados. Acreditava-se que era necessário não se apegar tanto a elas, pois morriam cedo. Desta forma, no século XVII, a infância era negada, não havia sentimento de respeito e não se acreditava na inocência delas. Sobre isso tratará a próxima seção.

2.2 Perspectiva da infância na construção da família

O conceito de infância é fruto de uma construção social, em que se percebe que na organização da família sempre houve criança, mas nem sempre infância. São vários os tempos da infância, e estes apresentam realidades e representações diversas. A sociedade foi constituindo-se de uma forma em que ser criança só passou a ter importância quando se começou a entendê-la como um ser diferente do adulto.

Sabe-se que, antigamente, o sentimento de infância era inexistente. Segundo Ariés (1979), até mais ou menos por volta do século XVI, não existia a particularidade da consciência sobre o universo infantil. A concepção de infância, até então, baseava-se no abandono, pobreza, favor e caridade e era oferecida atenção precária às crianças. Um alto índice de mortalidade infantil, devido ao grande risco de morte pós-natal e às péssimas condições de saúde e higiene da população em geral, e das crianças em particular. Em decorrência destas condições, uma criança morta era substituída por outros em sucessivos nascimentos, pois ainda não havia, conforme hoje existe, o sentimento de cuidado.

As famílias, naquela época, entendiam que a criança que morresse não faria falta e qualquer outra poderia ocupar o seu lugar. Nesse sentido, Fleury (1995, p. 149) comenta que:

As contradições imputadas à natureza infantil são, portanto, múltiplas e a imagem que se faz da criança hoje em dia leva a duas atitudes contraditórias que caracterizam o comportamento dos adultos: uma é a da “paparicação” achando a criança ingênua, graciosa, pura, inocente; a outra considera a criança como um ser imperfeito, um ser que na verdade é um vir-a-ser, alguém incompleto que precisa da moralização e da educação dada pelo adulto. Aí subjaz uma concepção de infância enquanto essência ou natureza infantil que seria encontrada em toda e qualquer criança, mas que obedeceria a um padrão coincidente com o modelo das classes

dominantes e que coloca a dependência natural, usufruída de forma absoluta.

Dessa forma, foi a partir dos séculos XIX e XX que a infância passa a ocupar um lugar de fundamental importância para a família e para a sociedade. Começa a se pensar neste ser de pouca idade como alguém que necessita de lugar, tempo, espaço e cuidados diferenciados, começando a delinear o que mais tarde evoluiu para o que hoje reconhecemos como infância (FLEURY, 1995).

Inicia-se, então, um processo de perceber a criança através da cultura que ela traz consigo, na qual se faz presente os seus aspectos sociais e econômicos. Cada criança tem a sua identidade, e esta identidade faz toda diferença no seu comportamento e atitudes diárias. Cabe a quem convive com essa criança a responsabilidade de respeitar e, de alguma forma, aceitar essa diferença que faz com que a maneira de uma criança indígena ver a natureza seja diferente de uma criança que sempre morou no meio urbano (PCN- PLURALIDADE CULTURAL, 2013).

De acordo com Ariès (1979), a noção de 'criança inocente' começou a se formar pela literatura pedagógica, contribuindo para justificar a necessidade de uma educação formal e continuada que viesse preparar a criança para o mundo adulto. A infância passa a ser entendida como uma fase de suma importância para a sociedade, com sua valorização e respeito, constituindo uma história própria.

Com essa mudança no olhar para criança é que surge uma educação mais formal que, de início, vê a necessidade de fazer com que essas crianças tenham escolarização, deixando de trabalhar como os adultos, para se desenvolverem a partir do brincar. A imagem da infância mudou, desencadeando uma preocupação da sociedade em estabelecer métodos de educar e escolarizar as crianças. Ainda, segundo Pinto (1997, p. 44),

[...] a infância constitui uma realidade que começa a ganhar contornos a partir dos séculos XVI e XVII. [...] As mudanças de sensibilidade que se começam a verificar a partir do Renascimento tendem a deferir a integração no mundo adulto cada vez mais tarde e a marcar, com fronteiras bem definidas, o tempo da infância, progressivamente ligado ao conceito da aprendizagem e de escolarização. Importa, no entanto, sublinhar que se tratou de um movimento extremamente lento, inicialmente bastante circunscrito às classes mais abastadas.

Nesse cenário de mudança com relação à visão de infância, a educação se destaca como instrumento para colocar a criança em seu lugar, ainda que com uma

função disciplinadora. Instala-se, assim, a escola, sem ainda uma definição específica da idade em que a criança possa nela ingressar. A escola medieval não era ainda destinada às crianças, mas uma espécie de escola técnica destinada à instrução dos clérigos, que acolhia da mesma forma as crianças, os jovens e os adultos, precoces ou atrasados, ao pé das cátedras magistrais (PINTO, 1997).

Assim, foram surgindo espaços formais para o atendimento de crianças, fora do ambiente familiar, em instituições formais de educação. A família, então, deixa de ser a única a ter a responsabilidade de desenvolver um aprendizado para seus filhos – não deixando de ser a mais importante – com a ajuda, agora, das instituições escolares.

2.3 O papel da família no ambiente escolar da criança

Percebe-se que, do início do século XIX até os dias de hoje, houve grandes modificações na instituição família. A sociedade moderna caracteriza-se por grandes mudanças nos campos da economia, da política e da cultura, afetando significativamente todos os aspectos da existência pessoal e social. Essas mudanças repercutem fortemente na vida familiar.

O fato é que todas as mudanças na sociedade, já citadas, levaram os responsáveis a introduzir a criança, cada vez mais cedo, no ambiente escolar. E esse contexto traz um compromisso, entre família e escola, em dividir a educação da criança.

Segundo a professora Raquel Gonçalves Salgado (2004, apud SILVA, 2005), a criança de hoje está imersa em um mundo muito diferente daquele de décadas atrás. Ela participa de diversas esferas da vida social de forma mais engajada. Traz uma experiência mais atravessada pela tecnologia e pela mídia. Vive uma infância mais voltada para o ambiente doméstico, para a escola e muito permeado pelo consumo. Nesse sentido, possui conhecimentos e experiências que não estão mais restritos ao âmbito da família e da escola, mas que se processam nas interações com a mídia e com os mais diversos meios de informação.

Nesse contexto, a escola acabou se tornando, junto com a família, uma instituição para mediar a relação entre indivíduo e sociedade, caracterizando a transmissão cultural de valores morais, de comportamento e socialização. Dessa forma, é uma instituição que trabalha a serviço da sociedade, ocupando grande

parte da vida de seus alunos e, cada vez, mais ‘substituindo’ as famílias nestes ensinamentos acima citados. Em todo esse processo, é muito importante que família e escola sejam parceiras, comprometendo-se com a educação das crianças e adolescentes, mantendo-se sempre em ligação, buscando compreender o processo de educação como algo a ser partilhado (CARVALHO, 2008).

A família tem um papel imprescindível na vida de uma criança. É onde acontecem o desenvolvimento das primeiras habilidades, os primeiros ensinamentos através da educação doméstica na qual o filho aprende a respeitar, a conviver com regras que foram criadas e reformuladas no decorrer da formação da sociedade. E a escola vem para reforçar esses valores primeiros, acrescentando, mas não assumindo o papel inicial da família. Dessa forma, pode-se dizer que:

Teoricamente, a família teria a responsabilidade pela formação do indivíduo, e a escola, por sua informação. A escola nunca deveria tomar o lugar dos pais na educação, pois os filhos são para sempre filhos e os alunos ficam apenas algum tempo vinculados às instituições de ensino que frequentam (TIBA, 1996, P. 111).

Silva (2008) respalda essa ideia e ainda acrescenta que a escola não deveria viver sem a família e nem a família deveria viver sem a escola. Uma depende da outra na tentativa de alcançar o maior objetivo, qual seja, o melhor futuro para o filho e educando e, automaticamente, para toda a sociedade.

Nota-se, então, que família e escola são pontos de suporte e sustentação ao ser humano, marcos de referência existencial. Quanto melhor for a parceria entre ambas, mais positivos e significativos serão os resultados na formação do sujeito.

A participação dos pais na educação formal dos filhos deve ser constante e consciente. A educação é responsável pela herança cultural, compreendendo, assim, um processo de socialização, uma vez que:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial que a criança particularmente se destine (DURKHEIM, 1978, P. 41).

Observa-se então que tanto a família quanto a escola têm o papel socializador, mas estes se diferenciam nos objetivos de ensinar, porém a ação da família interfere no ensino formal. E, nesse sentido, deve se estabelecer o papel de cada uma que auxilia e norteia a ação destas instâncias. Oliveira (2010, p. 101) completa dizendo que:

A divergência entre escola e família está na tarefa de ensinar, sendo que a primeira tem a função de favorecer a aprendizagem dos conhecimentos construídos socialmente em determinado momento histórico, de ampliar as possibilidades de convivência social e, ainda, de legitimar uma ordem social, enquanto a segunda tem a tarefa de promover a socialização das crianças, incluindo o aprendizado de padrões comportamentais, atitudes e valores aceitos pela sociedade.

Um ponto em comum entre a escola e a família é a necessidade de se buscar formas de articulação entre ambas. Além do mais, hoje se vê a educação como algo permanente, por toda vida, um processo contínuo e não mais como uma etapa a ser realizada. Talvez o atual desejo da escola como instituição seja a família mais próxima dela, para enfrentar as atuais dificuldades, as intencionalidades e obrigações decorrentes para efetivar a parceria desejada. Essa relação não diz respeito apenas aos filhos/alunos, mas a todos, familiares, professores e comunidade em geral. Para que uma casa, uma comunidade, uma família ou uma escola funcione, é necessário que cada uma execute bem a sua respectiva função da melhor forma possível, para que os objetivos sejam atingidos (OLIVEIRA, 2010).

A escola não espera que a família seja responsável pelos conteúdos dados, mas que estimule o filho em suas atividades. É uma parceria entre instituições distintas. O papel da família seria o de estimular no filho o comportamento de estudante e cidadão, e o da escola seria orientar os pais nos objetivos que a escola espera que o aluno atinja e criar momentos para que essa integração aconteça. Por esses motivos, a parceria entre essas duas instituições é fundamental para que o processo educacional tenha sucesso.

No entanto, atualmente essa parceria entre escola e família parece falhar. A família tem se distanciado cada vez mais da educação formal de seus filhos. Muitas vezes esse distanciamento é justificado por falta de tempo e pelo excesso de trabalho exercido pelos responsáveis. Com isso, o indivíduo mais prejudicado é a criança, que deixa de ser acolhida pela família dentro da escola, fazendo com que seu desempenho escolar muitas vezes seja regredido.

Por outro lado, observa-se uma escola que não tem facilitado e estimulado a família a estar presente na escola. Ou seja, sabe-se que é real o afastamento da família do contexto escolar da criança. É necessário compreender os dois lados: o da família e o da escola. Este assunto será estudado no próximo capítulo.

3. A RELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA CONTEXTUALIZADA AO PROCESSO EDUCACIONAL

Este capítulo aborda a importância da participação da família na escola, dando ênfase ao que acontece quando ela está presente ou ausente na vida escolar de seus filhos. Aborda também o outro lado da história, em que as instituições não colaboram para que a família esteja presente na escola. Com relatos do dia-a-dia, em salas de aulas, pode ser possível compreender melhor como é o desenvolvimento das crianças nessa realidade.

Tal capítulo foi baseado na realização do estágio para a formação em Pedagogia, realizado no ano de 2016, numa instituição de ensino pública localizada no município de Itaberaí-GO. Nesta instituição, foi possível observar que a maioria das famílias tem deixado a desejar quanto à participação na educação formal de seus filhos. Por ser uma escola para alunos somente até o ensino fundamental I, cujas crianças têm no máximo 12 anos, são poucos os pais que apenas levam e buscam seus filhos na instituição, sem ao menos adentrarem para obter mais informações a respeito da escola em si e da educação de suas crianças.

3.1 Compreendendo a ausência e/ou a presença da família na escola

A participação da família na escola é fundamental para o processo educativo da criança, e seu papel é singular, não podendo ser substituído pela instituição de ensino. É por meio dessa participação e do envolvimento da família com a escola, e vice-versa, que o processo educativo da criança se desenvolve de forma notória. Em situações em que a família não assume esse papel, ou a escola não dialoga com a família, por vários motivos, a criança apresenta dificuldades em seu processo educacional. Kulhmann (2001, p. 22) concorda com isto ao dizer que:

A família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social. Na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e apreensão de conhecimento, havendo uma preocupação central com processo ensino-aprendizagem. Já, na família, os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de se seus membros no plano social, cognitivo e afetivo.

A família e a escola são os principais responsáveis pelo desenvolvimento da criança, sendo muito importante a relação entre elas. Ambas têm objetivo comum, a educação, só que uma se preocupa com a educação informal e a outra, pela formal. Quando esse objetivo é atingido, o aluno tem um aprendizado com segurança e preparo para a realidade complexa da sociedade.

Compreende-se que a família tem o papel de transformar a vida dos filhos, de forma que não se pode falar em desenvolvimento e aprendizado educacional sem remeter à importância dos responsáveis no caminhar da vida educacional da criança. Estas instituições, família e escola, são de suma importância para o desenvolvimento mental, psicomotor, social e afetivo da criança. Essa educação bem-sucedida leva a criança a potencializar sua criatividade e seus comportamentos positivos quando adulto. Cabe aos responsáveis proporcionar um ambiente, em casa, promovido de ações que propiciem o desenvolvimento educacional da criança. Considerando isso, é preciso pensar que família e escola possuem responsabilidades indissociáveis para com a criança. Importante, então, que haja uma comunicação entre elas, pois algum problema em um dos lados pode interferir na educação desta criança. Assim, estas instituições podem estreitar ao máximo as relações, porque o ajuste entre elas, a união e o esforço para a educação da criança, é sem dúvida, um elemento facilitador da educação formal e não formal (PARO, 1995).

Muitas são as contribuições referentes ao processo educacional da criança que a família pode e deve realizar. Uma delas é o diálogo com o filho sobre a rotina vivenciada na escola, de modo a compreender as atividades escolares e como estas são planejadas e executadas, bem como o olhar da criança para estas atividades. Isso possibilita que a criança entenda a necessidade de se cumprir as regras que são estabelecidas pela escola, como também pelos pais, que repercutem na socialização da mesma no contexto escolar.

Outro ponto a destacar é a participação dos pais em reuniões, eventos e mesmo no cotidiano escolar. Isso permite acompanhar o processo educativo da criança, limites e potencialidades, o que facilita a construção de uma aprendizagem e desenvolvimento significativos.

É importante que a família mantenha o diálogo, é por meio dele que os membros se expressam e, de modo específico, a criança pode ser analisada e receber ajuda, caso necessite. É nesse momento que o adulto possibilita à criança

falar sobre a escola, das dificuldades, podendo então ter a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento da mesma.

Em relação à educação informal, os laços afetivos da família, são um fator que possibilita positivas relações da criança nas interações em muitos ambientes. Mas esses laços afetivos também podem atrapalhar esse aspecto relacional, se houver na família a insatisfação, estresse, atitudes incoerentes dos pais, entre outras. E Kulhmann (2001, p. 24) respalda ao dizer que:

...pais punitivos e coercivos podem provocar em seus filhos comportamentos de insegurança, dificuldades de estabelecer e manter vínculos com outras crianças, além de problemas de risco social na escola e na vida adulta.

Outro aspecto a considerar nesse contexto são a evasão e a permanência dos alunos na escola. Na sua grande maioria, evasão e permanência estão relacionadas à estrutura familiar, e o que parece contribuir para que isso aconteça é a inércia da família com relação às ausências dos filhos nas aulas e o não acompanhamento dos seus estudos. E com relação a isso, Kulhmann (2001, p. 27) ainda completa dizendo que:

Estudar as relações em cada contexto e entre eles constitui fonte importante de informação, na medida em que permite identificar aspectos ou condições que geram conflitos e ruídos nas comunicações e, conseqüentemente, nos padrões de colaboração entre elas.

Importante notar que, na situação em que a família não organiza e nem analisa o dia-a-dia da criança e esta centraliza seu tempo em assistir televisão, redes sociais, jogos, fica comprometida a relação entre os membros, deixando de lado muitas atividades como esportes, tarefas de casa, brincadeiras, conversas e outras que contribuem para o processo educacional da criança.

Pelas observações realizadas durante o estágio, foi possível perceber a ausência da família no processo escolar dos seus filhos. A maioria dos pais dos alunos, matriculados e frequentando a instituição de ensino acima mencionada, sequer levam ou buscam seus filhos na escola, e ainda mais, não se fazem presentes nem quando solicitados, em reuniões, por exemplo.

Isso parece fazer com que estes alunos, em que os pais não são presentes, se sintam 'livres', com a liberdade de fazer somente o que quiserem, sem obediência às normas e regras escolares, já que em casa não têm uma vigilância para com eles.

É visível perceber quais alunos têm acompanhamento em casa, pela família, e quais não têm. Os que recebem esse acompanhamento são alunos mais focados, que demonstram interesse pela aprendizagem, já os que não recebem são, geralmente, alunos mais agitados e que não fazem esforço para adquirirem conhecimento.

Existe um grande número de crianças que tem baixo desenvolvimento nos dias atuais, situação que preocupa, pois, o processo educativo dos mesmos possui lacunas, que comprometem o presente e o futuro da criança. Portanto, cada instituição, família e escola, tem seus papéis e suas responsabilidades, uma não substitui a outra, as duas são fundamentais e precisam caminhar juntas.

Analisamos também o outro lado da história, em que se observou, durante o estágio curricular, o que a escola tem feito para receber os pais e fazer com que eles se interessem no processo educacional dos seus filhos.

Tradicionalmente a família vai ou é chamada à escola, quando tem algum problema com filho, para ouvir reclamações da instituição. Essa ação não motiva a família a participar do processo de escolarização. Na prática do estágio, percebeu-se que a escola não disponibiliza tempo para a família, não organiza e nem os convidam para participar de reuniões que não sejam para reclamar de seus filhos.

Receber a família é um momento importante, que requer cuidado, organização e respeito. Pôde ser percebido, no estágio, que os colaboradores da instituição não recebem as famílias com esse cuidado necessário. Observou-se, muitas vezes, a família um pouco perdida, perguntando um e outro colaborador da escola, até conseguir falar ou encontrar uma pessoa que pudesse disponibilizar informações.

Enfim, esta é uma relação que precisa se estabelecer numa via de mão dupla. É essencial que a família se faça presente no ambiente escolar e na vida educacional da criança, mas também, é imprescindível que a escola facilite e estimule essa presença da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste estudo, buscou-se mostrar que a participação da família é primordial para o processo educacional do sujeito, pois é no meio familiar que este tem seu primeiro contato com o mundo social, valores, hábitos, cultura, etc. Esta convivência é fundamental para que a criança faça parte do contexto escolar com autonomia, disciplina e relacionamentos saudáveis.

Fica claro, com a observação realizada na escola durante o estágio, que as experiências e sentimentos nascidos do relacionamento cotidiano familiar são de grande influência para o comportamento da criança. Este se mantém como a base para a interação escolar. Ao descrever as variadas formas de constelação familiar, o que fica, o que é imprescindível é a construção do afeto entre seus membros. Isso sim, permeia as relações familiares e estabelece a ponte entre a família e a escola.

É imperioso, então, compreender a função social da família, que é de suma importância para o processo educativo da criança. Mas andam ausentes neste aspecto, por falta de conhecimento, por comodidade ou por necessidade, muitas não estão desempenhando sua função escolar. Sem perceber, ou conscientemente, estas famílias prejudicam seus filhos, criando lacunas que podem não ser preenchidas.

A participação da família na escola pode contribuir de muitas formas para a educação formal da criança. Ir a reuniões, acompanhar a criança nas tarefas de casa são atividades em que a família deve participar, avaliando e questionando para intervir de forma que possibilite a escolarização. Todavia, para que isso ocorra, a escola precisa estar preparada para acolher as famílias, construindo uma relação positiva para a criança, a família e a escola.

De fato, a ausência da família dificulta o trabalho do professor e prejudica a criança e os colegas. Mesmo que a escola, ainda que não seja este seu papel, busque meios para tentar preencher essa lacuna causada pela falta da participação da família, não será suficiente, pois esse papel não pode ser substituído por outrem.

Muitos são os desafios enfrentados com ausência da família na escola, e a família e a escola são os principais ambientes em que ocorre o processo educacional humano. As famílias precisam assumir seus papéis, se reeducarem, se reorganizarem, e é também necessário que a escola se sensibilize quanto a sua responsabilidade nessa relação de dupla via.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. M. S. Influência da família no processo de ensino aprendizagem. **Net**, Mato Grosso, nov. 2003. Disponível em: <<http://www.seduc.mt.gov.br/>>. Acesso em: 17 de mai. 2016.

ARIÈS, P. **A história social da infância e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BRANDÃO, C. da F. **LDB passo a passo: lei de diretrizes e bases da educação nacional**, lei n. 9.394/96. São Paulo: Avercamp, 2007.

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006.

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL, Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília-DF, n. 248, 23 dez. 1996.

CARVALHO, A. A família na atualidade. **Net**, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.com/psicologia.htm> >. Acesso em: 13 abr. 2016.

CARVALHO, I. M. M.; ALMEIDA, P. H. Família e proteção social. **Net**, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br> >. Acesso em: 22 mar. 2016.

CASTRO, M. C. **Configurações familiares atuais**. Biguaçu: SC, 2010.

DESSEN, M. A.; COSTA JUNIOR, A. L. (orgs.). **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 11ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FÉRES-CARNEIRO, T. (org). **Família e casal: arranjos e demandas**

contemporâneas. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003.

FLEURY, M. das G. Há uma criança dentro da professora? In: OLIVEIRA, Z. de M. R. et al. **Educação infantil: muitos olhares**. São Paulo: Cortez, 1995.

GONÇALVES. C. Educação sexual: responsabilidade de quem? **Net**, SP, 2008.

Disponível em: <<http://www.linavida.com.br/artigo.html>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil.

Educação e Sociedade, Campinas, n. 96, v. 27, p. 797-818, out. 2006.

KULHMANN JR. M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediações, 2001.

MANACORDA, M. A. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MENDONÇA, M. J. S. **Atendimento social e familiar**. Curitiba: Cortez: 2012.

OLIVEIRA, C.; ARAÚJO, C. M. M. Estudos de psicologia. **Net**, Campinas, vol 27, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

OLIVEIRA, N. H. D. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

OLIVEIRA, R. P. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 661-690, out. 2007.

PARO, H. V. Por dentro da escola pública. São Paulo: Xamá, 1995.

PINTO. M. S. A infância como construção social. In: PINTO. M. S.(org.). **As crianças: contextos e identidades**. Portugal: Centro de Estudos da Criança/ Universidade do Minho, 1997.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira escolar**. 15° ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil: 1930-1973**. Petrópolis: Vozes, 1992.

SILVA. D. R. da. **Psicologia geral e do desenvolvimento**. Indaial: ASSELVI, 2005.

SILVA. S. das G. **A relação família / escola. Net**, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.artigos.com/artigos/humanas/educacao/>>. Acesso em: 15 out. 2016.

TIBA, I. **Disciplina, limite na medida certa**. São Paulo: Editora Gente, 1996.